

Alto as marney

AVC P4

Congresso vai funcionar 17 dias em julho

As lideranças dos partidos na Câmara e no Senado estão colhendo assinaturas para a convocação extraordinária do Congresso Nacional



durante o recesso de julho próximo. A convocação será para o período de 18 a 31 de julho. O recesso, portanto, deverá limitar-se a 17 dias, prazo em que serão suspensas as votações na Constituinte, para a apresentação de emendas ao segundo turno.

Terminada a votação das Disposições Transitórias — prevista para hoje — será aberto um prazo de sete dias para que o relator Bernardo Cabral apresente o texto aprovado no primeiro turno. Em seguida haverá um período de cinco dias para a apresentação de emendas. O relator terá então mais cinco dias para dar seu parecer às emendas. Publicado o parecer (o que deve ocorrer em dois dias), começam as votações do segundo turno.

Mas a Mesa da Constituinte está estudando a redução dos prazos, segundo o deputado Arnaldo Faria de Sá. O deputado Bernardo Cabral, por exemplo, não pretende usar os sete dias que o regimento lhe permite, para apresentar o texto votado no primeiro turno. Ele deverá utilizar apenas dois dias, de acordo com o deputado Adolfo Oliveira, relator-adjunto da Constituinte. Arnaldo Faria de Sá, que é segundo secretário da Mesa, disse que o período para que Cabral dê seu parecer sobre as emendas também poderá ser reduzido de cinco para três dias, o que apressaria o processo constituinte.

Ontem, o senador Ronan Tito disse já ter colhido 50 assinaturas no Senado, para a Convocação extraordinária do Congresso. Existem hoje, na pauta, 10 decretos-leis para serem lidos (entre eles o que reajusta o Orçamento da União, e outros 85 tramitando. O Senado precisa votar cerca de 70 empréstimos a Estados e Municípios, além de projetos que estão na Ordem do Dia. Segundo o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, a convocação extraordinária não custará nada ao Legislativo. "Com a Constituinte funcionando, não se justifica o recesso para o Congresso", justificou.

Cego termina greve de fome na Constituinte

Queixando-se de dores de cabeça e forte inflamação na garganta, o ambulante cego José Afonso Victor, de 35 anos, encerrou a greve de fome iniciada dia 17, no Congresso Nacional. Ele foi convencido a desistir do movimento pelo deputado Farabulini Jr. (PTB-SP), que se comprometeu a encaminhar os vendedores ambulantes que já tiveram ponto fixo no centro de São Paulo ao secretário da Subprefeitura, Vitor David.

José Afonso entrou em greve de fome para protestar contra a revogação, pelo prefeito Jânio Quadros, do decreto que regulamentava a atuação dos ambulantes deficientes em pontos fixos. Antes dele, no dia 14, iniciava greve de fome a cega Teresa Mariano dos Santos, de 30 anos. Mas ele teve de voltar a São Paulo para cuidar dos filhos de 11, sete e seis anos, todos hemofílicos e contaminados pelo vírus da Aids.

Durante o período em que fez greve de fome, José Afonso foi assistido pelo Serviço Médico da Câmara. Sobreviveu à base de Frademicina, Diempax e soro. "De toda a experiência, ficou uma grande cicatriz interior, feita de angústia", disse o ambulante cego. Ele e mais dois companheiros, que não aderiram à greve de fome, retornaram a São Paulo com a ajuda do PT, que lhes deu passagens.